



## FASCISMO E A INSACIADA ÂNSIA PELO PAI

Mariana Lins Costa<sup>1</sup>

Universidade Estadual do Ceará

Hitler está vivo! Ele circula nos sonhos, nos delírios, nos filmes nos comportamentos torturadores dos policiais, entre os bandos de jovens que veneram seus ícones, sem nada conhecerem do nazismo!

Guattari. Micropolítica do fascismo.

**RESUMO:** O objetivo deste ensaio é apresentar a hipótese freudiana da horda primordial para, em seguida, a partir de Adorno, esboçar uma compreensão do fascismo que não acompanha a conclusão desse pensador de inclinação marxista. Argumenta-se que o autoritarismo não se apresenta como uma anomalia histórica ou uma patologia social localizada, mas como um traço originário e constitutivo da cultura e da psique humana — um legado filogenético que teria moldado a passagem do animal ao humano e que se repete ontogeneticamente. Retomando as características essenciais do totemismo, discute-se como o desejo por autoridade e a obediência à figura paterna permanecem ativos nas formações sociais contemporâneas, manifestando-se com força particular no fascismo — quando a insaciável ânsia pelo pai ressurgue no âmbito da política para as massas. Ao tensionar as hipóteses de Freud e Adorno, o artigo propõe que o fascismo deve ser pensado não como uma anomalia produzida pelo capitalismo, mas como um destino atemporal atualizado, porque estrutural: a restauração psíquica de um pai aniquilado pelo parricídio — um retorno da horda sob novas formas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Freud; Adorno; fascismo; autoritarismo; horda primordial; totemismo

**ABSTRACT:** The aim of this essay is to present Freud's hypothesis of the primal horde in order to subsequently outline, through Adorno, an understanding of fascism that does not follow the conclusion of this thinker of Marxist inclination. It is argued that authoritarianism does not appear as a historical anomaly or a localized social pathology, but rather as an original and constitutive trait of culture and the human psyche — a phylogenetic legacy that may have shaped the passage from animal to human and that repeats itself ontogenetically. By revisiting the essential characteristics of totemism, the essay discusses how the desire for authority and obedience to the paternal figure remain active in contemporary social formations, manifesting with particular intensity in fascism — when the insatiable longing for the father resurfaces within the political domain of the masses. By placing Freud's and

---

<sup>1</sup> Professora de Filosofia da Uece

Adorno's hypotheses in tension, the article proposes that fascism should be thought not as an anomaly produced by capitalism, but as a structurally grounded, atemporal destiny in updated form: the psychic restoration of a father annihilated by parricide — a return of the horde in new guises.

**KEYWORDS:** Freud; Adorno; fascism; authoritarianism; primal horde; totemism

## I. Introdução

No ensaio em que aplica a teoria freudiana para decifrar o padrão da propaganda fascista, Adorno observa que, embora Freud jamais tenha se dedicado diretamente a questões sociais contemporâneas, tanto seus temas quanto a evolução de seus conceitos-guia anteciparam eventos históricos futuros. As “intuições teóricas” de Freud, escreve Adorno, captaram “tendências que ainda estavam latentes no nível racional, *mas que já se manifestavam em um nível mais profundo*” (ADORNO, 2015, p. 157 [grifo nosso]).

Adorno sugere expressamente que Freud antecipou “em categorias exclusivamente psicológicas” (e, portanto, a-políticas), um dos principais enigmas políticos colocados por sua época, a saber: os mecanismos das massas fascistas. Segundo o filósofo frankfurtiano, “muito antes do perigo do fascismo alemão”, Freud já havia oferecido “um quadro de referência” para aplicação de “uma teoria psicanalítica mais abrangente e básica, à abordagem do agitador [fascista]” (ADORNO, 2015, p. 156), ao aplicar ele mesmo a psicanálise à interpretação de uma psicologia das massas ainda genérica. Da mesma forma, ele sugere que teria sido por antecipação que Freud se voltou, ainda antes da Primeira Guerra, aos “problemas do narcisismo e do eu em sentido estrito” (idem) – como ilustra a publicação de *Introdução ao narcisismo* em 1914, ano exato da conflagração.

Em consonância com sua orientação marxista, em *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*, Adorno apresenta a tese de que a psicologia das massas, tal como desenvolvida por Freud, “é mais peculiar ao fascismo do que à maioria de outros movimentos que buscam suporte de massa” (ADORNO, 2015, p. 183); em outras palavras: a “comunidade do povo fascista corresponde exatamente à definição de Freud de uma massa” (ADORNO, 2015, p. 169). Para Adorno, portanto, o fascismo não é apenas uma das diversas expressões da psicologia das massas – ele define a sua essência.

O problema é que essa redução da psicologia das massas ao fascismo o colocou em rota de colisão com o próprio Freud, quem não só associou a psicologia das massas a

instituições fundamentais das sociedades modernas e democráticas – como a igreja, o exército e a família – como também às massas socialistas. Como não poderia ignorar essa contradição em sua interpretação, Adorno buscou suavizá-la ao rotular a associação entre psicologia das massas e socialismo estabelecida por Freud como um “erro prognóstico político” “tão impressionante” quanto a sua “profecia da destrutividade fascista” (ADORNO, 2015, p. 175).

Também está em consonância com a sua orientação marxista a compreensão de que a psicologia das massas – e, portanto, o fascismo – não é uma “expressão primária e espontânea de pulsões e demandas” dos indivíduos, mas sim uma regressão psicológica artificial, produzida deliberadamente via a propaganda e manipulação. Isso equivale a dizer que “disposições psicológicas [...] não causam o fascismo”; ao contrário: é o fascismo que explora, “de forma bem-sucedida”, uma determinada “área psicológica [...] por razões de interesse próprio” (ADORNO, 2015, p. 186).

Essa “área psicológica” explorada pela propaganda fascista diria respeito ao “novo tipo de sofrimento psicológico” que, segundo o frankfurtiano, teria sido identificado por Freud, sendo este: o declínio e conseqüente enfraquecimento do indivíduo. Esse tipo de sofrimento seria *novo* justamente por resultar das condições socioeconômicas impostas pelo capitalismo tardio. A propaganda fascista operaria, portanto, sobre patologia psicológica inerente à sociedade capitalista, e daí que as disposições psicológicas não fossem a causa, mas sim as pré-condições para a formação das massas fascistas. Adorno interpreta que esse enfraquecimento da individualidade diz respeito à perda de libido de Eu ou de libido narcísica, *o que, em termos mais simples, significa que o capitalismo geraria uma epidemia de baixa autoestima* – e é por isso que ele *sugere que a investigação freudiana sobre o narcisismo antecipa o fenômeno fascista*. A propaganda fascista atua justamente estimulando a substituição do narcisismo individual debilitado pela identificação com a imagem do líder, pois assim, o indivíduo, junto aos demais membros da massa, dissolve a sua psicologia individual numa identidade coletiva capaz de preencher seu narcisismo até então frustrado (ADORNO, 2015, p. 169). Nas palavras de Adorno: “ao fazer do líder seu ideal, ele [o indivíduo da massa] ama a si mesmo, por assim dizer, se livra das manchas da frustração e mal-estar que desfiguram a imagem de seu próprio eu empírico” (idem).

Adorno particularizou historicamente, como uma anomalia produzida pelo capitalismo, uma condição que Freud – de modo ambíguo é verdade – formulou como atemporal. Pois o

pai da psicanálise, diferentemente de Adorno, não viu na perda narcísica generalizada e na formação da psicologia das massas que a acompanha, uma anomalia característica a um determinado período histórico ou sistema econômico, mas, ao contrário, compreendeu esses dois fenômenos entrelaçados como estruturais – e isso tanto filogeneticamente, quanto ontogeneticamente. Em *Psicologia das Massas e Análise do eu*, ele pontuou diretamente que a psicologia do indivíduo e a psicologia coletiva estão presentes desde a pré-história da espécie e continuam a influenciar, por milênios, em gerações que nada poderiam saber sobre a origem. Nas suas palavras: a “psicologia individual deve ser, isso sim, tão velha quanto a psicologia da massa, pois desde o início houve dois tipos de psicologia, a dos indivíduos da massa e a do pai, chefe ou líder” (FREUD, 2011a, p. 67).

A ascensão periódica do autoritarismo na política – que nas sociedades capitalistas tardias, com o desenvolvimento da técnica e dos meios de comunicação, assumiu a forma do fascismo e do totalitarismo – parece ser, para esse “liberal da velha escola”, como ele próprio se definia, uma condição humana, demasiada humana. Ainda antes da Primeira Grande Guerra, Freud já havia concluído em *Totem e tabu*, que após longos períodos, o “igualamento democrático de todos os membros individuais” não pode ser mantido: desejos inconscientes insatisfeitos clamam por concretização em um indivíduo, pela encarnação de um ideal primevo de poder ilimitado – um destino que ele identificará como a “conservação do insaciado anseio pelo pai” (FREUD, 2012, p. 146 - 147).

Ora, se, em Freud, o autoritarismo não é um fenômeno histórico contingente, mas uma questão tanto filogenética, quanto ontogenética – e, mais do que isso, estruturante do nosso aparelho psíquico (caso da instância psíquica do supereu) – e, portanto, daquilo que nós mesmos somos, não surpreende que, em sua famosa carta em resposta à questão colocada por Albert Einstein, sobre se haveria alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da guerra, ele tenha defendido a “ditadura da razão” como a única solução. Nas suas palavras endereçadas a Einstein: “A condição ideal seria, naturalmente, uma comunidade de indivíduos que tivessem sujeitado sua vida instintual à ditadura da razão. Nada mais poderia gerar uma união tão completa e resistente entre os indivíduos, mesmo que não houvesse laços emocionais entre eles” (FREUD, 2010b, p. 247). Ele inclusive reafirma exatamente essa mesma “solução”, nas suas *Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise*, publicada no ano seguinte à troca de cartas, em 1933, ao escrever: “Nossa melhor esperança para o futuro é

que o intelecto – o espírito científico, a razão – conquiste com o tempo a ditadura sobre a vida anímica humana. [...] tal domínio da razão se revelará o laço unificador mais forte entre os homens e abrirá caminho para novas formas de união” (FREUD, 1933b, p. 238).<sup>2</sup>

Para compreender por que, para Freud, a psicologia das massas – isto é, a submissão a uma autoridade externa – seria constitutiva do ser humano, ou ao menos, da maioria dos seres humanos, é necessário retroceder a um ponto anterior em sua investigação: a origem da cultura entre os chamados “selvagens”, e, portanto, o momento da passagem do animal para o humano. Se, para Adorno, o tipo de sofrimento psicológico descrito em *Psicologia das massas e análise do eu* é decorrente de um contexto econômico e histórico determinado, contemporâneo a ele, para Freud, trata-se de um processo estrutural e atemporal, cujas raízes remontam à pré-história da humanidade.

É nesse registro que, nas páginas que se seguem, será apresentada uma interpretação do chamado “mito científico”, ou hipótese da horda paterna, elaborado e retomado por Freud em praticamente todos os seus escritos de antropologia psicanalítica. Para formulação deste “mito” dotado de pretensões históricas e factuais – e responsável, como veremos adiante, por fundamentar biologicamente e psicologicamente o autoritarismo e patriarcalismo como constitutivo da espécie humana –, Freud se vale da hipótese da horda primitiva de Charles Darwin para explicar a origem arqueológica da sociedade e, por conseguinte, da cultura e religião. Origem que, diga-se de passagem, mesmo esquecida, continua – e continuará – necessariamente atual. Afinal, segundo conclui em sua abordagem do mito: “nenhuma geração é capaz de esconder eventos psíquicos relevantes daquela que a sucede” (FREUD, 2012, p. 155); ou ainda: “na vida psíquica do indivíduo podem estar ativos não apenas conteúdos vivenciados por ele próprio, mas também inatos, elementos de origem filogenética, herança arcaica” (FREUD, 2018, p. 72)

Apresentada, pela primeira vez, em *Totem e tabu* (1913), a hipótese de Freud para o passado pré-histórico da humanidade é retomada em *Psicologia das massas e análise do Eu*

---

<sup>2</sup> Optou-se aqui por traduzir diretamente do alemão o trecho citados das *Novas Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise* – oriundo da Conferência XXXV, “A questão de uma Weltanschauung” –, pois as traduções consultadas para o português suavizam a tradução do termo alemão “Diktatur”, empregado por Freud, substituindo-o por “domínio”. Caso da tradução da Imago, vide o referido trecho: “Nossa maior esperança para o futuro é que o intelecto – o espírito científico, a razão – possa, com o decorrer do tempo, estabelecer seu *domínio* sobre a vida mental do homem” (Freud, 1980, p. 116) [grifo nosso]. A palavra alemã “Diktatur”, assim como “ditadura” em português, deriva do latim *dictatura*. Na Roma Antiga, esse termo designava o cargo de *dictator*, um líder investido temporariamente de plenos poderes para enfrentar crises.

(1921), *O mal-estar na civilização* (1930) e, por fim, em *Moisés e o monoteísmo* (1939) – sendo ainda mencionada indiretamente em *O futuro de uma ilusão* (1927) e na própria carta a Einstein (1933). Apesar das duras críticas que recebeu, devido à absoluta falta de evidências empíricas que a sustentassem, a permanência dessa hipótese nos seus trabalhos ao longo de décadas, até o ano da sua morte, indica que Freud continuou a acreditar em sua pertinência enquanto realidade pré-histórica. Como ele mesmo afirma em *Psicologia das massas e análise do eu*: “Sem dúvida esta é somente uma hipótese, como tantas outras com que os especialistas buscam iluminar a escuridão da pré-história [...], mas creio ser recomendável tal hipótese, caso se revele apta a produzir coerência e compreensão em novos âmbitos” (FREUD, 2011a, p. 66). Embora intérpretes da estatura de Roudinesco tenham buscado atenuar o aparente absurdo de Freud defender a factualidade histórica de seu mito — sugerindo, por exemplo, que em *Moisés e o monoteísmo*, ele teria se voltado mais ao poder simbólico da narrativa do que à sua ocorrência literal (ROUDINESCO, 2011, p. 613) —, tal leitura não parece se sustentar diante de certas passagens do próprio Freud. Vide nesse sentido a seguinte passagem do próprio ensaio *Moisés e o monoteísmo*: “Mas quem afirmar que a nossa construção da história primitiva é apenas fantasiosa estará subestimando gravemente a riqueza e a força comprobatória do material que ela contém. Acham-se historicamente atestadas parcelas grandes do passado que aqui foram reunidas num todo, como o totemismo e as ligações masculinas” (FREUD, 2018, p. 62).

Adorno, como veremos, compreendeu – como Freud – a hipótese da horda primitiva como “uma realidade pré-histórica” efetiva, em vez de algo “imaginário”, mas curiosamente não a viu como estrutural e natural, e sim como artificial e anormal (ADORNO, 2015, p. 161). Dito de outro modo: ao olhar o passado imemorial escavado por Freud, ele viu o futuro: a explicação antecipada dos mecanismos psicológicos das massas fascistas. Contudo, ao que parece, não lhe ocorreu que essa condição fosse também um presente inexorável e incontornável. Ora, nada surpreendente até aí, uma vez que, ao rotular, numa aberração anacrônica, o Ulisses de Homero como um burguês, em sua *Dialética do Esclarecimento*, tampouco lhe ocorreu que com esse gesto, o “burguês” deixa de ser uma figura historicamente situada para tornar-se uma forma ontológica, quase universal — o que, obviamente, enfraquece (se não inviabiliza) a pretensão transformadora da sua crítica da modernidade capitalista.

O objetivo deste ensaio é, portanto, apresentar a hipótese freudiana da horda paterna, para em seguida, a partir de Adorno, esboçar uma compreensão do fascismo, mas sem acompanhar a sua conclusão. Afinal, como procuraremos demonstrar no Freud teórico da cultura, o autoritarismo não se apresenta como um desvio histórico ou uma patologia social localizada, mas como um traço originário e constitutivo da psique humana — um legado filogenético que teria moldado a passagem do animal ao humano. Não surpreende, portanto, que ele tenha concebido como a única alternativa viável para conter esse nosso autoritarismo (ou patriarcalismo) inato um auto-autoritarismo cultivado, reativo, racional. Até porque sendo a razoabilidade inerente à “essência da razão”, ao menos esse tipo de ditadura, nas suas palavras, “não deixará de conceder às emoções humanas e ao que delas se origina o lugar que lhes é devido” (FREUD, 1933b, p. 238). De todo modo, como não era um marxista – cujo compromisso com o progresso e com a esperança tem de se manter, em grande medida, inabalável –, Freud conclui, a sua carta a Einstein, reconhecendo que “com toda probabilidade” essa seria “uma expectativa utópica” (FREUD, 1933, p. 55).<sup>3</sup> Afinal, a despeito do quanto nos revoltamos contra a guerra, ele a define para Einstein como um acontecimento “próprio da natureza”, “biologicamente fundamentado” e, portanto, “difícilmente evitável na prática” (FREUD, 2010b, p. 248).

## II. Totemismo: desejo, proibição e cultura humana

Segundo Freud, o totemismo é a forma embrionária de toda organização cultural humana e, embora tenha sido já há muito abandonado e substituído por novas formas, é possível descobrir o seu “significado original” a partir de traços que “reaforam no

<sup>3</sup> Este trecho específico da carta a Einstein, optou-se por traduzir diretamente do original em alemão, pois entre as traduções para o português consultadas, apenas a de Paulo César de Souza (Companhia das Letras) verte corretamente o termo “Diktatur” para ditadura. No entanto, por algum erro, essa tradução omite justamente a passagem em que Freud afirma que tal “ditadura da razão” é uma utopia, vide: “A condição ideal seria, naturalmente, uma comunidade de indivíduos que tivessem sujeitado a sua vida instintual à ditadura da razão. Nada mais poderia gerar uma união tão completa e resistente entre os indivíduos, mesmo com a renúncia às ligações emocionais entre eles. [Sentença suprimida] Os outros meios de uma prevenção indireta da guerra são certamente mais exequíveis, mas não prometem um rápido êxito” (FREUD, 2010b, p. 247). No original, no entanto, Freud escreve: “Der ideale Zustand wäre natürlich eine Gemeinschaft von Menschen, die ihr Triebleben der Diktatur der Vernunft unterworfen haben. Nichts anderes könnte eine so vollkommene und widerstandsfähige Einigung der Menschen hervorrufen, selbst unter Verzicht auf die Gefühlsbindungen zwischen ihnen. *Aber das ist höchst wahrscheinlich eine utopische Hoffnung.* Die anderen Wege einer indirekten Verhinderung des Krieges sind gewiss eher gangbar, aber sie versprechen keinen raschen Erfolg” (FREUD, 1933, p. 55) [grifo nosso]. Sendo, portanto, a frase suprimida em tradução livre: “Mas isso [a ditadura da razão] é, com toda probabilidade, uma esperança utópica”.

desenvolvimento das crianças” (FREUD, 2012, p. 9), ou ainda em um tipo especial de homem que, apesar de nosso contemporâneo, estaria bem próximo dos primitivos no que diz respeito à estrutura psíquica – sendo este, o neurótico (FREUD, 2012, p. 10).

Para o pai da psicanálise, crianças, “selvagens” e neuróticos compartilham um *infantilismo* psíquico: suas personalidades são marcadas pelo predomínio de mecanismos do inconsciente e, portanto, por uma fixação em anseios incestuosos. Ora, um dos fundamentos centrais da psicanálise é justamente o de que as nossas primeiras escolhas sexuais, ocorrem já na infância e são invariavelmente incestuosas; nas palavras de Freud: a “psicanálise nos ensinou que a primeira escolha sexual do menino [assim como da menina] é incestuosa, concerne aos objetos proibidos, [...] e também nos deu a conhecer as vias pelas quais ele se liberta, ao crescer, da atração do incesto” (FREUD, 2012, p. 25).

Sob essa perspectiva, o neurótico é o adulto que não conseguiu libertar-se da atração do incesto; em outras palavras, “não conseguiu libertar-se das condições infantis da psicosexualidade”, de modo que “as fixações infantis incestuosas da libido têm ainda — ou novamente [no caso de uma regressão do indivíduo a esse estágio] — um papel determinante” (Idem). Se, contudo, no caso dos povos “selvagens”, os adultos compartilhariam, de um modo geral, essa fixação incestuosa – que se manifestaria, portanto, na própria cultura e costumes – isso se deve ao fato de que Freud, afinado com a literatura evolucionista da época, compreendeu o desenvolvimento da cultura humana de modo universal. Ele estabeleceu uma correlação direta entre os estágios do desenvolvimento sexual de um indivíduo – narcisismo infantil, escolha de objeto e renúncia ao princípio de prazer característica à maturidade – e as etapas do desenvolvimento cultural – animista, religiosa e científica. O animismo, concebido como a visão de mundo dos povos primitivos, corresponde assim ao estágio do narcisismo infantil; e é por isso que o totemismo, sistema social e proto religioso relativo a essa visão de mundo, pode ter o seu “significado original” desvelado a partir do desenvolvimento das crianças e da vida psíquica dos neuróticos.

Segundo a grande narrativa apresentada por Freud, toda a organização social do totemismo tem como propósito central impedir a efetivação de relações incestuosas. Quanto mais “selvagem” for o povo em questão – isto é, quanto maior o seu “atraso cultural”, marcado pela ausência de agricultura, pecuária, arquitetura, artesanato e liderança política – mais diretamente o horror ao incesto se manifesta na cultura. A constituição psíquica primitiva

mantém, de forma ambivalente, tanto o instinto incestuoso reprimido (embora não abolido), quanto a proibição consciente – afinal, se essa proibição não for implacável, o instinto emergirá à consciência para buscar a sua realização (FREUD, 2012, p. 37). Daí que os selvagens sejam muito mais severos nos seus costumes sexuais do que nós: o parentesco sanguíneo impõe, no nosso caso, restrições muito mais pontuais do que o parentesco totêmico – que, muitas vezes, compreende divisões e subdivisões, todas organizadas sob o princípio da exogamia.

A força da proibição está, portanto, diretamente relacionada à força do desejo oculto (ao qual Freud, mais tarde, acrescentará não apenas o desejo sexual reprimido, mas também o prazer de matar, vinculado à formulação do instinto de morte). Contudo a proibição nem sempre incide diretamente sobre o desejo interdito (incestuoso ou assassino), já que, por estar reprimido, não se apresenta à consciência. É nesse contexto que Freud desenvolve a noção de “transmissibilidade” do desejo instintual, por meio da qual interpreta boa parte dos costumes relativos ao sistema totêmico, à primeira vista racionalmente incompreensíveis. Para escapar do cerco da interdição, o desejo reprimido e não abolido é transmitido, ou seja, se desloca para novas ações e novos objetos – aparentemente em nada relacionados aos desejos interditos anteriores que lhes deram origem. Essas novas ações e objetos do desejo tornam-se, por sua vez, alvo de novas interdições. Isso implica que a proibição também se move, interditando sucessivamente as novas manifestações da libido (ou da pulsão de morte), formando um mecanismo de substituição compulsória que sempre se renova. É desse jogo de gato e rato entre desejo e proibição – ou tabu –, de onde emergem as múltiplas normas, ritos, regras, cerimoniais e costumes que organizam o totemismo.

Embora o totemismo não tenha deixado, praticamente, nenhum vestígio “na religião, nos usos e costumes dos povos de hoje”, na avaliação de Freud, o “avanço técnico e social da história humana afetou muito menos o tabu”, do qual o totemismo foi, na origem, o fundamento (FREUD, 2012, p. 9). De origem polinésia, o termo “tabu” refere-se justamente a essas primeiras proibições culturais, violentamente impostas sobre as gerações mais jovens por uma ainda mais primitiva, seja por via da tradição, seja por via da autoridade dos pais ou da sociedade. Conforme definido pelo antropólogo Wilhelm Wundt, citado por Freud: “o tabu é o mais antigo código de leis não escritas da humanidade. Considera-se geralmente que o tabu é

mais antigo que os deuses e remonta a épocas anteriores a qualquer religião” (FREUD, 2012, p. 27).

As restrições do tabu diferem das proibições religiosas ou morais por nem procederem do mandamento de um deus, nem de um sistema normativo que explique sua razão de ser. No caso do tabu, os “selvagens” não se perguntam por que algo é proibido — “eles apenas as cumprem como algo óbvio e estão convencidos de que uma transgressão será punida automaticamente de forma severa” (FREUD, 2012, p. 29). Contudo, se até então os antropólogos teriam considerado a origem e o significado de tais proibições absolutamente desconhecidos, Freud – ao aplicar a sua teoria da sexualidade aos relatos antropológicos – propõe um sentido geral: o tabu é uma “ação proibida, para a qual há forte pendor no inconsciente” (FREUD, 2012, p. 39).

Por libido, um dos conceitos mais centrais da psicanálise (posteriormente tomado como equivalente ao instinto de vida), Freud entende a energia vital ou os impulsos instintuais que impõem à união sexual, mas que, ao serem desviados dessa meta original, transformam-se em ânsia por uma união não diretamente sexual – como no caso do amor aos pais, aos filhos, a amizade ou a dedicação a objetos concretos e a ideias abstratas (FREUD, 2011a, p. 32). Nos “selvagens”, portanto, as interdições do tabu, seriam as primeiras formas de desviar os instintos sexuais da sua meta original. Daí que as criações da cultura tenham, sob essa perspectiva, se tornado progressivamente mais sofisticadas – salvo no caso das regressões, que será abordado adiante. Ou seja: tabu é o termo que, na obra freudiana, designa as proibições, aquelas que, ao reprimir os desejos inconscientes mais intensos, canalizam a energia libidinal para outras formas de expressão.

### **III. O mito da horda paterna: genealogia da autoridade**

Como explicitado na seção acima, Freud compreendeu o totemismo como a fase inicial e regular do desenvolvimento cultural da humanidade como um todo. No sistema totêmico, membros de um mesmo clã estão unidos por um ancestral em comum, o totem – em geral, um animal, embora também pudesse ser uma planta ou um objeto inanimado –, o que acarreta num conjunto de obrigações proto religiosas para com o totem e sociais para com os membros do mesmo clã e de outros.

No aspecto religioso, Freud, a partir de Fraser, destaca que os membros do clã estão proibidos de matar e comer o totem do qual acreditam descender, e, em alguns casos, até mesmo de tocá-lo e olhar para ele. Se o animal totêmico é encontrado morto, é pranteado e enterrado como um membro do clã. Em muitas circunstâncias, os membros do clã procuram se assemelhar em aparência ao seu totem e, invariavelmente, esperam dele proteção. Embora a violação de qualquer tabu referente ao totem fosse, no geral, punida com a morte, haveria rituais de expiação onde os membros do clã sacrificavam o animal totêmico e depois o consumiam coletivamente.

No aspecto social, Freud, igualmente baseado em Fraser, destaca que os membros do clã eram considerados irmãos e irmãs unidos em laços mais fortes do que os laços da família no nosso sentido e estariam comprometidos a se proteger mutuamente. O totem era transmitido apenas por linhagem materna. A principal restrição do tabu correspondente a esse aspecto seria a proibição de membros do mesmo clã de casarem ou terem relações sexuais entre si (FREUD, 2012, p. 106-7). Além disso, ele destaca que a “proibição de matar o totem, de fundamento religioso, junta-se a proibição de matar um irmão, de fundamento social”; e observa que ainda passará muito tempo até que o mandamento deixe de ser limitado aos membros do clã e adote a simples forma que diz: ‘Não matarás’” (FREUD, 2012, p. 144).

Explicar detalhadamente a concepção do totemismo tal como delineada por Freud não é o propósito deste ensaio. É suficiente salientar dois dos seus aspectos principais: (1) entre as obrigações proto religiosas, destaca-se o tabu de não matar e não comer o animal totêmico, salvo em cerimônias sagradas e sacrificiais; e (2) entre as obrigações sociais destaca-se a exogamia<sup>4</sup> que, conforme mencionado na seção anterior, obedece a restrições muito mais rígidas do que se esperaria entre selvagens, uma vez que se estende para além dos laços sanguíneos, regulando amplamente as interações sociais da comunidade totêmica (FREUD, 2012, p. 107).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup>Dito de modo simples, sob a perspectiva biológica, exogamia significa cruzamento de indivíduos pouco relacionados geneticamente e, sob a perspectiva cultural, casamento entre membros de grupos ou classes diferentes.

<sup>5</sup>Nas tribos australianas, as dos aborígenes – que, segundo Freud, “foram descritas, pelos etnógrafos, como as mais atrasadas e miseráveis [...] que também em sua fauna conservou muito do arcaico e já desaparecido em outras partes” (FREUD, 2012a, p. 11) – as proibições não seriam apenas determinadas pelo totem, mas também pelas chamadas “classes de casamento”. O resultado desses arranjos ocasionaria uma restrição enorme na escolha matrimonial e liberdade sexual, o que revela um esforço que vai muito além da prevenção do incesto natural, isto é, no qual há relações consanguíneas próximas como entre mães e filhos, irmãos e irmãs.

Ante essa formulação, Freud coloca duas questões, que para ele, não teriam sido respondidas adequadamente pelos estudos antropológicos de até então, sendo estas: 1. Qual a origem da ideia de descendência do totem?; 2. Qual a relação entre a organização totêmica e a proibição do incesto? (FREUD, 2012a, p. 109).

É para responder essas questões que Freud se apropria da hipótese de Darwin deduzida dos hábitos de vida dos macacos superiores: o homem primevo – ou mais propriamente pré-cultural – teria vivido em pequenas comunidades, possivelmente com um único macho por bando, dotado de tantas “esposas” quanto pudesse sustentar e as quais ciumentamente guardaria de outros machos, o que implicaria a expulsão dos filhos machos da horda quando entrassem na puberdade (FREUD, 2012a, p. 126). O acréscimo de Freud à hipótese darwiniana se dá com outra hipótese: a de que, em algum momento, um bando de irmãos rebeldes – dominados pelos mesmos sentimentos ambivalentes em relação ao pai que aos por ele observados nas crianças e nos neuróticos – teria assassinado esse pai tirano e devorado seu corpo, num torpor de identificação animalesca, nada metafórica. Os sentimentos dos filhos parricidas seriam ambivalentes em relação ao pai, porque, se, de um lado, consistiam no ódio por ele interditar, por meio de seu poder, a satisfação sexual, de outro, consistiam na admiração por esse poder mesmo de interdição, além do amor decorrente da proteção usufruída na infância.

Se o assassinato do pai não deu lugar a uma orgia infinita em meio a uma guerra igualmente infinita de todos contra todos – posto que tendo por modelo o pai, caberia a cada irmão a busca pelo maior número de fêmeas e a interdição da satisfação libidinal dos outros machos para com elas –, o motivo foi o fenômeno que Freud designou como “obediência a posteriori”. Uma obediência já não decorrente do medo, mas sim da culpa. Ou seja: depois de os filhos revoltos terem satisfeito o seu ódio e concretizado o seu desejo de identificação com o pai através da violência do assassinio e da devoração do cadáver, os impulsos afetuosos até então subjugados pelo ódio teriam se imposto sob a forma de arrependimento, originado do sentimento de culpa. O morto torna-se, com isso, mais forte do que o vivo, de modo que o que antes o pai impedia com a sua existência, os filhos, a partir da obediência a posteriori, fruto da culpa, passam a impedir a si mesmos (FREUD, 2012a, p. 141). Esse movimento é o gesto inaugural da cultura e prenuncia a instauração da instância moral: o supereu –herança do pai morto.

Através do seu “mito científico”, Freud coloca na origem do totem o pai primevo assassinado e, com isso, consegue explicar os dois tabus centrais ao totemismo – marco inicial da cultura –, a saber: a proibição do assassinio do totem, um símbolo do pai, e a renúncia à consequência do assassinato – a privação das mulheres desejadas, agora pertencentes ao totem, manifesta externamente como horror ao incesto (FREUD, 2012a, p. 124). Freud também explica o banquete totêmico – ritual no qual os membros do clã matavam e devoravam o animal totêmico – a partir do seu “mito”. Neste ritual, as restrições criadas pelo sentimento de culpa seriam temporariamente postas de lado, para a rememoração simbólica do crime e o consequente fortalecimento dos vínculos sagrados entre os membros do clã – dado que a vida que nenhum indivíduo tem permissão de tirar, pode ser sacrificado coletivamente. Se todos forem os assassinos, então o crime contra o pai primevo, o ancestral comum, é permitido.

O totemismo seria assim, sob essa perspectiva, essencialmente um sistema de defesa contra o sentimento de culpa originado pelo assassinato do pai primevo; e, uma vez que representaria a fase regular e inicial de *todas* as culturas, torna-se legítimo dizer que, sob a perspectiva freudiana, a cultura em geral – da mais “primitiva” à mais complexa –, na totalidade dos seus aspectos, só se fez possível graças a este afeto tão miserável. Os dois tabus centrais do totemismo teriam sido, portanto, criados a partir da consciência de culpa do filho. Os irmãos haviam se aliado para vencer o pai, mas, apesar da rivalidade acentuada que os moveu até seu aniquilamento, após o ato, uniram-se, já não pelo ódio, mas pela culpa – e pela impotência de cada um deles em assumir a posição do pai e monopolizar todas as mulheres para si. O tabu do incesto foi a condição necessária para que os irmãos pudessem coexistir e viver em comunidade, uma vez atingida a maturidade sexual. Quanto ao tabu de assassinar o animal totêmico, “mais do que a necessidade de exteriorizar o arrependimento” – este seria, segundo Freud, uma forma de “mitigar o sentimento de culpa” e obter, assim, “uma espécie de reconciliação com o pai” (FREUD, 2012a, p. 142-143). Daí que ele chame a atenção para o fato de que essas duas interdições originárias não possuem o “mesmo valor psicológico”: afinal, já o tabu contra o assassinato do animal totêmico baseava-se inteiramente em razões afetivas, e o tabu do incesto, por sua vez, “tinha uma sólida fundamentação prática” (FREUD, 2012a, p. 142) – assim como, podemos ainda acrescentar, o tabu de não matar o irmão, secundário embora indispensável à sustentação do pacto fraterno.

Com o assassinato do pai tirano, a horda paterna é substituída pelo clã fraterno, marcando o início da sociedade, da religião e da moralidade. Segundo Freud, a proibição-tabu de matar o pai constitui o fundamento do religioso, enquanto a proibição-tabu de matar o irmão estabelece o fundamento do social. Embora Freud não trate explicitamente do aspecto político em sua abordagem do totemismo, muitos intérpretes consideram que, ao narrar o assassinato do pai primevo, ele está, na verdade, delineando o fundamento do político. Essa interpretação é compartilhada por Roudinesco e Plon no *Dicionário de Psicanálise*, onde afirmam que *Totem e tabu* é, mais do que um livro de antropologia, uma obra essencialmente política (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 759). Paulo Endo, na ocasião da homenagem ao centenário da obra, foi além ao sintetizar: “A política [em *Totem e tabu*] nasce com o assassinato, que é o assassinato do pai. Quer dizer, quando se mata o tirano, a política nasce para regulamentar a ordem e evitar o surgimento de outras tiranias” (ENDO, 2013).

No artigo *Freud and Regicide*, Roudinesco expande essa interpretação ao diferenciar regicídio e tiranicídio. Se os regicidas costumam ser loucos, marginais ou místicos, mais próximos dos parricidas do que dos rebeldes, os tiranicidas, em contraste, encarnam uma nova racionalidade em oposição à barbárie vigente. Com base nessa distinção, ela aproxima o parricídio originário narrado por Freud não do regicídio – como se poderia esperar – mas do tiranicídio. Isso porque, ao invés de um ato assassino solitário, que remeteria à loucura, trata-se de um ato coletivo que tende ao simbólico, configurando-se como um restabelecimento da Lei violada (ROUDINESCO, 2011, p. 607). Nas palavras da autora: “Baseando-se em Darwin, ele [Freud] defende a ideia de que uma lei (a lei dos filhos), operando por mutação, transforma a tirania original do pai em cultura. Assim, passa-se da barbárie à civilização” (ROUDINESCO, 2011, p. 609).

É verdade que Freud afirma que os sentimentos sociais de fraternidade só foram tornados possíveis graças à “grande subversão” do assassinio do pai tirano. Não obstante, suspeitamos que, a passagem da barbárie para a cultura não se resolva tão facilmente – ou, ao menos, não tão definitivamente – quanto Roudinesco parece sugerir no excerto acima. No conflito entre *culpa pela “grande subversão”* e *rebelião*, declara Freud, toda tentativa de solução é inútil (FREUD, 2012a, p. 149). Pois o “igualamento democrático” característico ao clã fraterno chega a um ponto em que já não pode ser mantido. Os irmãos haviam se aliado para matar o pai, pois, tal como o pai, *desejavam todas as mulheres para si e o poder ilimitado*

– desejos que quedaram insatisfeitos ante a pressão de todos sobre cada um, inerente à *fraternidade*. Se sob os moldes do clã fraterno, ninguém poderia alcançar “a plenitude do poder do pai, a que todos haviam aspirado”, após um longo período, aventa Freud, abrandada a irritação contra o pai, que impelira ao ato homicida, o anseio por ele aumenta, até que nasce um ideal cujo conteúdo seria o ilimitado poder do pai primevo outrora combatido (FREUD, 2012a, p. 146). Em outras palavras, devido a mudanças culturais decisivas, o “insaciado anseio pelo pai” implode e a inclinação de reviver o antigo ideal original reconfigura toda a estrutura da organização matrilinear do clã totêmico – uma sociedade originalmente sem pais –, abrindo caminho para a lenta ascensão da “ordenação patriarcal da sociedade” (FREUD, 2012a, p. 147; 142).

Mas como se dá essa transição para uma “ordenação patriarcal da sociedade” ou, numa terminologia mais contemporânea, para o patriarcalismo?

Segundo Freud, a “veneração de indivíduos que haviam se destacado ante os demais” conduz à criação de divindades (FREUD, 2012a, p. 146). Se, para nós, a ideia de um homem tornar-se deus ou a de um deus ser mortal pode soar estranha, na Antiguidade clássica, essa concepção era amplamente aceita. Verdade que o pai primordial da horda não era imortal, tinha de ser substituído em algum momento por um dos seus filhos, e é por isso que Freud considerou a elevação de determinados indivíduos à condição de deuses, aos quais o clã passava então a vincular sua origem, como “uma tentativa de expiação muito mais séria do que o velho contrato com o totem” (FREUD, 2012a, p. 147). Isso significa que a criação dos deuses embora fruto da evolução humana é, ao mesmo tempo, um sintoma de regressão. Nesse sentido é que em *O futuro de uma ilusão*, Freud considera que o abandono da ilusão religiosa representa uma superação do infantilismo que mais do que psicológico é, nesse caso, também cultural (FREUD, 2014, p. 206).

Conforme formula de modo mais preciso em *Moisés e o monoteísmo*, o “avanço seguinte em relação ao totemismo foi a humanização do ser adorado. No lugar dos animais surgiram deuses humanos que derivavam abertamente do totem” (FREUD, 2018, p. 101). Isso significa que, para Freud, Deus é “o animal totêmico que se desenvolveu a partir deste num estágio posterior do sentimento religioso” (FREUD, 2012a, p. 146). Assim, se o totem foi o primeiro substituto do pai primevo eliminado, deus é o substituto posterior, no qual o pai readquire sua configuração humana. Por meio dessa recorrência – desse, por assim dizer,

eterno retorno do pai –, podemos observar que, além da psicologia evolucionista, o mito freudiano da horda primeva também se ancora na tese da hereditariedade dos caracteres adquiridos, popularizada por Lamarck. Afinal, geração após geração, era após era, a culpa pelo crime que deu origem à própria humanidade continua a assombrar e a influir ainda hoje. Nas palavras de Freud: “a lembrança do primeiro grande ato sacrificial resultou ser indestrutível, apesar de todos os esforços para esquecê-la” (FREUD, 2012a, p. 149).

Em diversas obras, o que inclui *Totem e tabu*, Freud aventa que possivelmente as divindades maternas precederam as divindades paternas, coexistindo, posteriormente, por muito tempo, até serem suprimidas pelas religiões monoteístas. De todo modo, as divindades maternas parecem ser, na genealogia freudiana, apenas um rodeio. Afinal, segundo declara categoricamente, a “raiz de toda a formação religiosa” é a “*ânsia pelo pai*” (FREUD, 2012a, p. 146). Ou ainda: “Deus, no fundo, *nada mais é* que um pai elevado” [grifo nosso] (Freud, 2012a, p. 145).

Essa transformação na atitude perante o pai não se limitou, por sua vez, à esfera religiosa, estendeu-se ao outro aspecto da vida humana influenciado pela eliminação do pai, a organização social. De acordo com a grande síntese histórica elaborada por Freud – que ele próprio reconhece como “cheia de lacunas e insegura em vários pontos” (FREUD, 2018, p. 102) –, a introdução das divindades paternas, paulatinamente, deu lugar a uma grande reviravolta social que culminou com a substituição do direito materno pela família patriarcal. Conforme aventa: “Pouco a pouco os irmãos coligados foram reproduzindo o velho estado num novo nível, o macho tornou-se outra vez chefe de uma família e quebrou os privilégios do governo de mulheres que se havia instituído no período sem pai” (FREUD, 2011a, p. 73). A criação da família nuclear tradicional, tal como a conhecemos, é, sob a perspectiva freudiana, uma restauração da antiga horda paterna, já que devolve aos pais boa parte dos direitos do pai primevo. Obviamente, os novos pais não dispunham da mesma onipotência do pai primordial; eram muitos e conviviam em grandes associações, em vez de pequenas hordas individuais, e por isso tinham de se entender bem, sendo, sob esse intuito, limitados pelas normas sociais (FREUD, 2018, p. 101). Além disso, com a criação das divindades – especialmente no caso do monoteísmo, que consagra de forma explícita o pai como única autoridade divina –, foi assegurada a devida distância entre os novos pais de família e o ilimitado pai primevo elevado à condição de Deus. Em realidade, “deus é erguido tão acima dos homens que”, como bem

atenta Freud, “apenas pela mediação do sacerdote se pode lidar com ele” (FREUD, 2012a, p. 148).

O ponto que nos interessa é que, já nessa primeira fase da “renovada autoridade paterna”, o sistema do patriarcado é transposto para o Estado, na figura dos reis divinos que se apresentam na ordenação social. Ora, se o surgimento da família patriarcal é indicativo de que a ânsia pelo pai estendeu-se do plano religioso para o social, o surgimento dos reis divinos é indicativo de que esse anseio constitutivo do humano estendeu-se para a política. Embora, segundo Freud, nas primeiras fases do domínio dos dois novos sucedâneos do pai, os deuses e os reis, a ambivalência ainda estivesse fortemente presente nos costumes (caso dos reis de algumas tribos latinas, que eram divinizados e, em seguida, executados), a estrutura religiosa e política concretizam, por meio deles – assim como a social, por meio da figura do pai na família nuclear –, a “vingança do pai deposto” (Idem). Com a introdução das divindades paternas e os reis divinos, a derrota original do pai, sua maior humilhação, transmuta-se em ocasião para o seu mais alto triunfo: o domínio da autoridade está no seu apogeu (Idem).

Que os dois principais mandamentos do totemismo, criados a partir da consciência de culpa do filho, coincidam com as tendências homicidas e os desejos incestuosos constitutivos do complexo de Édipo, obviamente não são gratuitos. No complexo de Édipo, afirma Freud, “reúnem-se os começos da religião, moralidade, sociedade e arte” (FREUD, 2012a, p. 148). Sua origem primeira está no crime originário e, por conseguinte, na restauração da autoridade paterna responsável não apenas por moldar o plano religioso, social e (por vezes) político, como também estruturar a psique individual, culminando na instauração da instância moral do Supereu, herança psíquica (do ponto de vista filogenético) do pai assassinado. Daí que o mito da horda paterna se fundamente, em parte, na teoria da recapitulação de Haeckel, pois Freud pressupõe que a ontogênese repete a filogênese.

Conforme desenvolvido em *Psicologia das massas e análise do eu* e em *O eu e o id*, é por meio da identificação – forma específica de ligação objetal – que a criança resolve psicamente a rivalidade com o pai, motivada pelo desejo incestuoso pela mãe (investimento objetal direto, em terminologia mais específica). Ao se identificar com o pai, a criança modela o seu eu, ao mesmo tempo em que internaliza a interdição ao desejo incestuoso encarnada na figura paterna. Essa identificação inicial, sucedida na idade mais tenra, relativa ao abandono do investimento objetal direto na mãe – e, a depender, também no pai (caso do complexo de

Édipo mais completo) –, produz efeitos mais “gerais e duradouros” do que as identificações posteriores. Isso porque a “alteração do eu” provocada por essa primeira identificação, “conserva a sua posição especial, surgindo ante o conteúdo restante do eu como o ideal do eu ou supereu” (Freud, 2011b, p. 33) – o “representante” do ponto de vista ontogenético de nossa relação com os pais. O supereu, diz Freud, “não se esgota na advertência: “Assim (como o pai) você deve ser”; ela compreende também a sua proibição: “Assim (como o pai) você não pode ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele” (FREUD, 2011b, p. 31)

O supereu decorre, portanto, de uma cisão no interior do eu, um grau no próprio eu, que o submete, com maior ou menor severidade, ao exercer “as funções auto-observação, consciência moral, censura do sonho e principal influência na repressão” (FREUD, 2011a, p. 52). Com isso, podemos intuir que “vingança do pai deposto”, que se manifesta como o “insaciado anseio pelo pai” nos mais diversos âmbitos da cultura, não é algo a nós alienígena, mas uma re-externalização daquilo que num passado remoto foi internalizado geração após geração – sendo esta internalização justamente o que constitui a nossa psique enquanto psique humana. Nesse sentido, é que devemos compreender porque justamente o supereu é, para Freud, o indício mais decisivo do nosso progresso psíquico, ou seja, de que a psique humana não permaneceu estagnada desde os tempos mais antigos, não é a mesma do início da história – que, tal como a ciência e a técnica, também progrediu. É esse “patrimônio psíquico herdado” que lhe permite explicar por que uma criança num período tardio da civilização tende a produzir espontaneamente no seu interior a interdição que “foi, em tempos idos, apenas exterior” (FREUD, 2012c, p. 261); ou ainda, conforme sintetiza em *Contribuição à história do movimento psicanalítico*: “a civilização se baseia nas repressões efetuadas por civilizações passadas, e toda nova geração é solicitada a manter essa civilização perfazendo as mesmas repressões” (FREUD, 2012b, p. 223) [*grifo nosso*].

É esse entrelaçamento da ontogênese com a filogênese que lhe permite afirmar, logo no início de *Totem e tabu*, que os traços essenciais do totemismo reaflorem no desenvolvimento das crianças. Ou ainda, segundo a síntese de Roudinesco e Plon: Freud na sua ânsia por um “fundamento histórico ao mito de Édipo e à proibição do incesto”, buscou através do mito fundamentar a concepção de que “a história individual de cada sujeito não é mais do que a repetição da história da própria humanidade” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 756).

#### IV. Psicologia das massas e a permanência da horda

À luz dessas considerações, não é difícil compreender por que Freud dedicou uma seção inteira de *Psicologia das massas e análise do eu*, à refutação de que os instintos gregários seriam algo elementar, irredutível ou inato aos seres humanos – e isso justamente porque essa hipótese não deixa lugar para o líder. Para o pai da psicanálise, o ser humano não é, em sua essência, um animal de rebanho, mas sim um “animal de horda, membro individual de uma horda conduzida por um chefe” (FREUD, 2011a, p. 65). Se a condição de animal de rebanho vem a indicar que a igualdade é exigida para todos, a condição de animal de horda vem a indicar que a exigência da igualdade deve valer para todos os indivíduos, exceto para o líder. Ou ainda: de que os indivíduos devem ser iguais entre si, na medida em que são dominados por um só.

Ora, como mostra a reconstrução mítico-arqueológica elaborada por Freud, a igualdade característica ao clã fraterno foi instaurada apenas após o assassinato do pai, quando nenhum dos irmãos se mostrou capaz de estabelecer o seu domínio sobre os demais – o que desmente a ideia de uma fraternidade natural. Em *Moisés e o Monoteísmo*, Freud aprofunda essa perspectiva ao aventar que, após a morte do pai, “houve um longo perigo em que os irmãos disputaram a herança paterna, que cada um queria apenas para si”, diante da impossibilidade de qualquer um deles prevalecer, acabaram por se dissuadir do embate, julgando-o inútil e perigoso, além dos “laços afetivos que nasceram na época do banimento” (FREUD, 2018, p. 99). Ainda assim, mesmo com o estabelecimento do clã fraterno — marco inicial da cultura —, o ideal do poder ilimitado do pai permaneceu vivo, figurado no totem: condição de possibilidade da própria comunidade. O totem, primeiro substituto do pai, tornou-se o ponto de coagulação simbólica da irmandade — uma versão espiritualizada da horda selvagem, com os irmãos unidos não mais pela violência direta do pai que interditava a posse das mulheres, mas por sua imagem na forma de um ancestral animal comum. Assim, nem mesmo o clã totêmico – desprovido de pais, reis, deuses e dotado de linhagem matrilinear – deve ser considerado um rebanho: no máximo, uma forma suavizada de horda.

Se em *Totem e tabu*, Freud expôs a artificialidade do “igualamento democrático” a partir do mito da horda primeva e, portanto, a sob uma perspectiva filogenética, em *Psicologia das massas e análise do eu*, ele buscou explicar o anseio de igualdade e justiça – supostamente

distintivo do homem civilizado –, sob a perspectiva ontogenética. Segundo argumenta, é possível identificar que o “instinto gregário” não é “indecomponível”, nem primário através da angústia da criança pequena ao ser deixada sozinha: essa angústia não é atenuada na presença de qualquer indivíduo do rebanho; ao contrário, tende a se agravar com a aproximação de um estranho, sendo apaziguada apenas pela presença da mãe ou de figuras familiares próximas. “Por muito tempo, então, nada se percebe de um instinto gregário ou sentimento de massa na criança”, conclui (FREUD, 2011a, p. 63).

Conforme demonstra, o “instinto gregário” – entendido como sinônimo de sentimento de massa ou comunitário – origina-se, sob a perspectiva ontogenética, no interior da família, precisamente da inveja entre irmãos pela predileção afetiva dos pais. Pois embora a criança mais velha deseje eliminar a que vem depois, não podendo fazê-lo sem prejudicar-se com os pais, é forçada a criar uma relação afetiva com o irmão. O mesmo ocorre na escola, na relação entre as crianças e o professor. O sentimento de comunidade é, então, uma substituição do ciúme — o que levará Freud a concluir que o espírito comunitário e solidário deriva da inveja original. Assim, ainda que assuma que a “exigência da igualdade é a raiz da consciência social e do sentimento de dever”, identifica, como a raiz dessa raiz, um misto de hostilidade e impotência de exercer essa hostilidade: “O que depois aparece na sociedade como espírito comunitário [...] não desmente sua procedência da inveja original. Justiça social quer dizer que o indivíduo nega a si mesmo muitas coisas, para que também os outros tenham de renunciar a elas ou, o que é o mesmo, não possam pretendê-las” (FREUD, 2011a, p. 58).

O valor da igualdade, tão caro ao espírito progressista, é portanto para ele, um afeto necessariamente reativo. E o que é ainda mais grave: só pode emergir por meio de um laço afetivo dirigido a uma figura situada fora da massa – no caso das crianças, os pais e professores; no caso do homem primitivo, o totem, substituto do pai primevo assassinado; e, por fim, no caso das massas, conforme o acréscimo que constitui o cerne de *Psicologia das massas e análise do eu*, o líder – responsável por fazer emergir o igualamento ou homogeneização psicológica de incontáveis indivíduos estranhos entre si. Assim, do ponto de vista ontogenético, os indivíduos da massa correspondem aos irmãos e os pais, ao líder; e, do ponto de vista filogenético, os membros da massa equivalem aos irmãos da horda primeva, e o líder ao pai primordial – ou ainda, no caso das formações totêmicas, os indivíduos da massa são correlatos aos integrantes do clã fraterno, e o líder ao totem, primeiro substituto do pai.

Nas suas palavras: as “massas humanas exibem novamente a familiar imagem do indivíduo superforte em meio a um bando de companheiros iguais, também contida em nossa representação da horda primeva” (FREUD, 2011a, p. 60).

Freud, no seu tratamento da psicologia das massas, vai no sentido oposto dos psicólogos sociais da época. Se, por um lado, psicólogos como Le Bon e Sighele haviam circunscrito o fenômeno da psicologia das massas às aglomerações passageiras, efêmeras e irracionais, classificando-as como necessariamente regressivas, de outro, MacDougall ao diferenciar as massas em desorganizadas (multidões) e organizadas (massas), atribui às do primeiro tipo um caráter semelhante ao de “criança mal-educada” ou de “um selvagem passional”, e às segundas uma racionalidade comparável à do indivíduo autônomo, com “consciência de si” (FREUD, 2011a, p. 21; 22). Freud, por sua vez, compreende que quer sejam organizadas e duradouras, como as instituições da Igreja e do Exército, ou desorganizadas e efêmeras, como as massas revolucionárias –, todas as massas são expressão de uma regressão (ou reativação) a um estado psicológico primitivo; o que, nele, equivale a dizer: infantil, neurótico ou, simplesmente, dominado pelo inconsciente. As formações grupais duradouras e estáveis não diferem em essência dos “grupos rapidamente formados, transitórios” simplesmente oferecem-se menos à observação: os sintomas de regressão são apenas mais evidentes nas massas do que nas instituições duradouras.

Por isso, dentre as várias “espécies” de massas, Freud concentra-se nas massas duradouras e artificiais – ou seja, as que requerem algum grau de coação externa para garantir a sua durabilidade –, e apresenta como exemplo a Igreja e o Exército. Essas instituições, centrais à cultura europeia e, num sentido amplo, ocidental, expressam a permanência da centralidade do “chefe supremo” – seja nas figuras de Cristo, ou do general – e indicam a presença ao mesmo tempo atemporal e reatualizada da horda primeva.

Como colocado por Ribeiro, a psicologia das massas de Freud “apresenta uma psicologia das instituições que está na base do processo civilizatório” (RIBEIRO, 2023). Isso implica que, em sua teoria, os limites entre barbárie e civilização são claramente borrados. A insaciada ânsia pelo pai continua, portanto, a se expressar em instituições que permanecem como estruturantes das sociedades modernas e liberais, como a igreja, o exército e a família. De modo quase determinista, para ele, *todo* “ajuntamento humano qualquer” tende a “uma revivescência da horda primeva”, pois “o homem primevo se acha virtualmente conservado

em cada indivíduo” (FREUD, 2011a, p.66). Muito embora, um simples agrupamento não constitua uma massa, é preciso “admitir que em qualquer agrupamento surge com facilidade a tendência para a forma de uma massa psicológica” (FREUD, 2011a, p. 36) – ou seja, à organização na qual a igualdade vale para todos, exceto para o líder, o “macho forte”. O patriarcado parece assim muito mais um destino insuperável, ao modo de Édipo, do que uma condição produzida pelo capitalismo, apta a ser ultrapassada.

Por meio da análise da Igreja e do Exército como formas atualizadas da horda paterna, Freud responde a uma das três perguntas que, no início de *Psicologia das massas e análise do eu*, define como as tarefas de uma teórica psicologia das massas, sendo esta: “o que é então uma ‘massa ?’” (FREUD, 2011a, p. 12). A resposta é que “as relações de amor [...] constituem a essência da alma coletiva”, ou seja, a sua essência “reside nas ligações libidinais” (FREUD, 2011a, p. 54). Essas ligações, por sua vez, operam em dois sentidos: entre cada indivíduo da massa e o líder, e entre os próprios membros da massa entre si. Contudo, não possuem o mesmo peso e valor: a ligação de cada indivíduo ao líder é a “causa” da ligação entre os membros da massa (FREUD, 2011a, p. 36). Importa notar que, no caso das massas, está em jogo apenas instintos desviados da meta diretamente sexual – o que preserva a ligação afetiva sem envolver desejo genital. A formação das massas indica, portanto, o estabelecimento de uma nova espécie de ligação afetiva entre os membros da massa, ou seja, entre um grande número de pessoas que se desconhecem umas às outras. Isso explica por que, enquanto perdura a forma da massa os indivíduos se conduzem como se fossem homogêneos, suportando as especificidades do outro, igualando-se a ele sem sentir repulsa. “Segundo nossas concepções teóricas”, escreve ele, “tal limitação do narcisismo” – isto é, do amor a si próprio que se manifesta como autoafirmação e antipatia e aversão contra estranhos – “pode ser produzida apenas por um fator, pela ligação libidinal a outras pessoas. O amor a si encontra limite apenas no amor ao outro, amor aos objetos” (FREUD, 2011a, p.). Obviamente, isso não significa a eliminação da “prontidão para ódio” – modo como Freud nomeia em *Psicologia das massas e análise do eu*, o conceito ainda incipiente do instinto de morte – que é inato. A massa psicológica simplesmente direciona a hostilidade para os indivíduos que estão fora dessa ligação, que não pertencem à sua comunidade, que não amam o que ela ama. Como bem observa Adorno, Freud, nesse movimento, “lança luz a distinção disseminada e rígida entre os

*in-group* e *out-group*” – a qual embora tomada, em “toda a nossa cultura”, “como autoevidente [...] raramente é questionada de forma séria o suficiente” (ADORNO, 2015, p. 174).

Se, como visto acima, a massa revela-se como atualização da horda primeva ao exibir a figura do líder superforte frente a indivíduos iguais entre si, torna-se fundamental indagar sobre os efeitos dessa configuração sobre os indivíduos que a compõem. Essa é justamente a mais simples das três perguntas – a qual, segundo o próprio Freud, já teria sido respondida no “brilhante esboço de caracterização psicológica da alma coletiva” de Gustave Le Bon (FREUD, p. 2011a, p. 72). Em linhas gerais, as modificações sofridas pelos indivíduos ao se tornarem parte de uma massa incluem uma diminuição da capacidade intelectual e uma intensificação da afetividade – ambas características de um estado de infantilismo psíquico, resultante da emersão do inconsciente e do ofuscamento do eu consciente, que Freud reconhece como manifestação clara da regressão à estrutura psíquica arcaica.

A novidade é que Freud aplica a sua psicologia do eu, desenvolvida na clínica, à elucidação da essência do humano enquanto “animal de horda” – o que implica tanto a psicologia individual, a do pai, quanto a da massa. É essa aplicação que lhe permite responder à mais complexa das três perguntas que, segundo ele, caberiam a “uma teórica psicologia das massas”: a pergunta sobre a estrutura dos mecanismos psíquicos envolvidos nas modificações das personalidades dos indivíduos que a compõem em prol de uma identidade coletiva.

Embora, por questões de espaço, não seja possível desenvolver a resposta com todo o rigor que ela exige, façamos aqui um breve resumo. Em primeiro lugar tenhamos em mente que Freud oferece “o esclarecimento da estrutura libidinal” da massa – o que exige a compreensão da “diferenciação entre eu e ideal do eu, e ao duplo tipo de ligação por ela possibilitada” (FREUD, 2011a, p. 72-73).

Como exposto acima, a identificação é uma forma específica de ligação libidinal, distinta do investimento de objeto. Enquanto na identificação o objeto ao qual se liga libidinalmente é aquilo que “se gostaria de *ser*”, no caso do investimento, o objeto é “o que se gostaria de *ter*” (FREUD, 2011a, p. 48). Por meio da identificação, o eu assume as características do objeto, ou seja, ele copia (ou incorpora) a pessoa com quem se identifica. Essa identificação pode ser mais geral – como ocorre nas primeiras identificações em idade tenra – ou “parcial, altamente especializada”. Para compreender a estrutura libidinal da massa, Freud justamente enfatiza que essa forma de ligação implica a introjeção do objeto ou no eu

ou no ideal de eu. A massa psicológica seria, então, o resultado de um fenômeno específico: os indivíduos colocam um mesmo objeto no lugar do ideal de eu e, por isso, se identificam uns com os outros em seu próprio eu.

## V. Psicologia das massas e fascismo

A compreensão de que o patriarcado, natural à espécie humana (dado o nosso passado animal), emerge no âmbito religioso para, em seguida, expandir-se ao social e, por fim, ao político – à medida que o “insaciado anseio pelo pai” implode e o antigo ideal reconfigura toda a sociedade –, permite vislumbrar uma interpretação psicológica para o fascismo. Uma interpretação que, embora não exclua a leitura de Adorno da teoria freudiana, revela-se muito mais trágica. Como se no destino de Édipo estivesse inscrito o nosso destino enquanto espécie, sendo este o destino do qual ao se tentar fugir, reencontra-se fatalmente aquilo de que se fugia: a vingança do pai deposto.

Correndo o risco de oferecer uma definição demasiado simplória para um fenômeno tão complexo e controverso quanto o fascismo, é possível descrevê-lo, a partir do vocabulário de *Totem e tabu*, como a mais recente variação da irrupção do “insaciado anseio pelo pai” — uma variação que emerge, justamente, no seio das sociedades de massa, democráticas e liberais, as quais, ao menos em teoria, representariam elas mesmas uma atualização do clã fraterno. Pois de acordo com o mito científico de Freud, a política, na medida em que originada do assassinato do pai primevo (ou seja, do aniquilamento da tirania) é, em sua origem, essencialmente igualitária e democrática. E assim permanece, ao menos até que a nossa “criativa consciência de culpa” pelo ato homicida imemorial e inaugural – do qual não nos lembramos, muito embora constitua a nossa humanidade mesma –, conceda, mais uma vez, ao morto um renovado apogeu do seu domínio.

Dito de modo mais direto, o fascismo indica o restabelecimento da horda paterna no plano político – o auge da “vingança do pai”, que, em determinados períodos pode ser, ao menos nesse campo, temporariamente contida. Contudo, se, em vez do termo mais genérico “autoritarismo”, utiliza-se aqui a expressão mais restrita “fascismo” – essa escolha pode ser justificada pelo fato de que, nas sociedades modernas e democráticas o morto se torna mais forte do que o vivo, numa proporção inaudita. E isso porque, sendo as sociedades modernas, sociedades de massa, o avanço técnico dos meios de comunicação possibilita a ampliação da

“prole” a um número incontável, indizível. O fascismo é assim a forma da vingança do pai nas sociedades de massa, viabilizada pelo desenvolvimento dos meios técnicos de comunicação.

Na sua análise do fascismo sob a perspectiva freudiana, Adorno também chama atenção para algumas de suas peculiaridades. Para ele, essa forma específica de autoritarismo distingue-se das demais por ser “amplamente engendrada por manipulação”, ou seja, por “técnicas racionalmente calculadas” (ADORNO, 2015, p. 169). Contudo, ainda que reconheça, baseado em Freud, que grandes aglomerações humanas são potencialmente suscetíveis ao fascismo, nem por isso ele considera esse fenômeno como um problema psicológico. O agitador fascista, na sua leitura, simplesmente evoca artificialmente a psicologia das massas com vistas ao fim último da dominação. Sem o agitador, portanto, a psicologia das massas não viria à tona, permaneceria enterrada nas profundezas do inconsciente. Daí que, para Adorno, como mencionado na introdução, disposições psicológicas não são a causa do fascismo – são apenas mobilizadas por ele. A propaganda fascista é que é psicológica: desperta habilidosamente parte da herança arcaica do indivíduo através da imagem do líder como o macho superforte (ADORNO, 2015, p. 165).

Outra peculiaridade característica ao fascismo destacada por Adorno – que, inclusive, explicaria, por que este fenômeno específico seria a própria essência da psicologia das massas de Freud – é que suas metas políticas e econômicas contradizem diretamente os interesses materiais da esmagadora maioria dos seus seguidores. Os membros das massas fascistas, observa Adorno, “são os filhos de uma sociedade liberal, competitiva e individualista, condicionados a se manter como unidades independentes e autossustentadas”, mas que, ao se dissolverem na alma coletiva, “retornam a padrões de comportamento que contradizem flagrantemente o seu próprio nível racional e o presente estágio da civilização tecnológica esclarecida” (ADORNO, 2015, p. 158; 159). As massas não são angariadas por interesses racionais, e é por isso que, como dito acima, a propaganda fascista é, conforme identificada por Adorno, psicológica: o demagogo fascista cria artificialmente, por meio da propaganda, o tipo de vínculo libidinal descrito por Freud, e, assim, consegue “angariar o apoio de milhões de pessoas para objetivos incompatíveis com o seu próprio autointeresse racional” (ADORNO, 2015, p. 159). Essa capacidade altruísta ou anti-individualista das massas já havia sido observada por outros psicólogos sociais. Freud menciona, por exemplo, que Le Bon teria observado que as massas são capazes de “elevadas provas de renúncia, desinteresse, devoção a

um ideal”; que, diferentemente do “indivíduo isolado” que tem como “único móvel de ação” a vantagem pessoal, nelas esse tipo de motivação “raramente predomina” (FREUD, 2011a, p. 19-20).

É curioso que, ao mesmo tempo em que Adorno compreende a hipótese da horda primitiva como “uma realidade pré-histórica” concreta, em vez de algo “imaginário” – uma historicidade que era uma das grandes pretensões do próprio Freud –, não a considere estrutural ou natural, e sim artificial e anômala (ADORNO, 2015, p. 161). Observe-se que o fato de a condição de animal de horda nos ser natural não impede que ela seja artificialmente incitada pela propaganda fascista. Contudo, Adorno insiste na perspectiva de que a fonte da predisposição à propaganda fascista “deve ser buscada em fatores sociais incomparavelmente mais fortes que a ‘psique’ de qualquer indivíduo envolvido” (ADORNO, 2021).

Vladimir Safatle, no novo prefácio ao seu livro *Crítica e crise*, parece particularizar historicamente o autoritarismo de modo ainda mais enfático do que o frankfurtiano. Pois ao negar implicitamente a hipótese de Adorno de que as massas fascistas representariam uma regressão ao estágio pré-histórico, defende que elas são os “resultados dos modos ‘normais’ de funcionamento dos processos de socialização e individuação” do capitalismo contemporâneo. Segundo coloca, a “matriz autoritária” é “própria” da “constituição dos indivíduos da democracia liberal”, sugerindo, assim, o capitalismo como a raiz da dominação (SAFATLE, 2025). Ao adotar essa perspectiva, ele mantém a lógica de culpabilização estrutural, centrando o capitalismo como a matriz do problema. Não chega a considerar o paradoxo incomodo de que os fascistas, em nome da sua “causa”, agem no geral em detrimento dos seus próprios interesses materiais liberais, democráticos e individualistas – como atentou inclusive o próprio Adorno.

Freud, por sua vez, esse velho liberal que assim gostava de se definir, via nas tão malfaladas democracias liberais mais um descanso (mesmo se capenga) dessa nossa matriz autoritária do que a sua origem. O capitalismo, em Freud, não é o responsável por estruturar subjetividades de forma autoritária, está mais para efeito do que para causa. Em *O mal-estar da civilização*, ele é particularmente enfático neste ponto. Pois, conforme coloca, “o caminho para a redenção do mal” bradado pelos comunistas – segundo o qual, quando “todos os bens forem tornados comuns e todos os homens puderem desfrutá-los, desaparecerão a malevolência e a inimizade entre os homens” – tem como “pressuposto psicológico uma ilusão

insustentável” (FREUD, 2010a, p. 28). Ainda que ele admita que a propriedade privada é o instrumento “mais poderoso” para “o gosto humano pela agressão”, a agressão mesma “não foi criada pela propriedade, reinou quase sem limites no tempo pré-histórico, quando aquela ainda era escassa”, e manifesta-se, no plano ontogenético, já na infância, “quando a propriedade mal abandonou sua primária forma anal” – isto é, a fase inicial do desenvolvimento psicossocial associada ao controle e retenção (Idem). Segundo o seu prognóstico, mesmo se um dia eliminarmos “o direito pessoal aos bens materiais”, subsistirá “o privilégio no âmbito das relações sexuais”; e mesmo que suprimamos “também este, mediante a completa liberação da vida sexual”, uma coisa é certa: a violência, “esse indestrutível traço da natureza humana”, a acompanhará “por onde vá” (Idem).

Na carta a Einstein, Freud expressa de modo bastante descritivo como se dá esse jogo que se repete *ad infinitum* entre as configurações sociais e políticas da horda paterna e do clã fraterno. Segundo ele, foi contra o poder de um único indivíduo (o tirano), que os fracos se uniram para tomar seu o poder. Contudo, a lei criada para se opor à violência, é ela mesma violência – não o seu oposto. A violência da comunidade está sempre pronta para se voltar contra qualquer indivíduo (ou grupo de indivíduos) que se lhe oponha. Obviamente, Freud também reconheceu que uma comunidade se configura enquanto tal através da formação de laços emocionais entre os seus membros, mas, de outro lado, ele nos faz atentar que na medida em que no interior de uma comunidade há inevitavelmente elementos de força desigual – homens, mulheres, pais, filhos –, a consequência inescapável é a reprodução da guerra no seu próprio interior. É assim que, segundo ele, são formadas as hierarquias entre senhor e escravo, vencedor e vencido. As leis, nesse sentido, não são a criação de uma justiça cega, porque imparcial, mas a expressão do próprio campo de batalha que é uma comunidade. Os detentores do poder colocam-se acima do domínio da lei. Os oprimidos, por sua vez, esforçam-se para obter mais poder com o reconhecimento de algumas leis. A terceira via para as modificações das leis, e portanto da sociedade como um todo, consiste segundo ele na transformação cultural dos membros da comunidade – este seria, por assim dizer, o seu lado iluminista.

Segundo Adorno, é parte da mentalidade fascista a imposição de um igualitarismo repressivo em vez da realização de verdadeira igualdade através da abolição da repressão. Para a instauração desse igualitarismo, é que os fascistas, segundo ele, precisam “nivelar todas as qualidades distintivas entre eles mesmos, com a exceção da hierárquica” (ADORNO, 2015, p.

178). De outro lado, concentrado nos agitadores fascistas, ele descreve o líder das massas de forma inexoravelmente negativa, como necessariamente narcisista, psicopata associal, ator canastrão, um reflexo psicológico dos seus seguidores, mas desprovido de suas repressões e inibições. Mas isso não é o que encontramos em Freud, que, definitivamente, não via na abolição da repressão e da hierarquia, o caminho para se chegar e manter a igualdade. Pois segundo declara categoricamente a Einstein, há uma desigualdade inata e inerradicável dos homens: enquanto a esmagadora maioria tem “necessidade de uma autoridade que tome decisões por eles”, existe uma “camada superior de indivíduos de pensamento autônomo, refratários à intimidação e buscadores da verdade” – devendo idealmente caber aos indivíduos dessa segunda camada a preocupação e responsabilidade de dirigir as massas (FREUD, 2010b, p. 135). Mesmo que o pai da psicanálise admita que o pai da horda – aquele dotado de psicologia individual em vez de psicologia de massa, como vimos acima –, fosse “absolutamente narcisista”, os atributos que acompanham esse reconhecimento não parecem necessariamente reprováveis, antes o contrário. Pois, nas suas próprias palavras, o pai da horda primeva, diferente dos filhos, “era livre”, o que equivale a dizer que os “seus atos intelectuais eram fortes e independentes mesmo no isolamento, sua vontade não carecia do reforço dos demais”, “de natureza senhorial”, era “seguro de si e independente” – “o verdadeiro super-homem, que Nietzsche aguardava apenas para o futuro” (FREUD, 2011a, p. 67).

Em *O futuro de uma ilusão*, Freud é ainda mais enfático nessa sua tipologia. Ele afirma ser “imprescindível” “o domínio da massa por uma minoria, pois as massas são ignaras e indolentes” (FREUD, 2014, p. 94). Obviamente, o tipo de domínio ou liderança que ele tem em mente não se confunde com os agitadores fascistas descritos por Adorno. Os líderes devem ser indivíduos exemplares, reconhecidos pelas próprias massas por seus atributos superiores. Somente por meio desse tipo de liderança, as massas “podem ser induzidas aos trabalhos e privações de que depende a existência da civilização” (Idem). Esses “líderes superiores, firmes e desinteressados” seriam, portanto, “os educadores das gerações futuras”. Contudo, para que um dia se torne possível dispensar a coação sobre as massas — isto é, para que seus membros se distingam pouco dos líderes —, seria preciso, segundo Freud, “ficar horrorizado ante o enorme emprego de coação que será inevitável até que se realizem tais intenções” (Idem). Já em *O mal-estar da civilização*, ele, ainda nessa toada, chama atenção para o novo tipo de perigo que via surgir no seu tempo, o qual denomina de “a miséria psicológica da massa” –

referente à falta de importância ou de reconhecimento, por parte da própria massa, das individualidades efetivamente capazes de liderá-la (FREUD, 2010a, p. 29). O “estado de civilização” dos Estados Unidos da época seria, segundo ele, um bom campo para a investigação sobre os perigos desse dano cultural (Idem). Note-se que, com isso, o grande perigo psicológico identificado por Freud vai na contramão ao “novo tipo de sofrimento psicológico” que, segundo Adorno, teria sido detectado por ele: o declínio e consequente enfraquecimento do indivíduo. Numa sentença: enquanto Freud vê o perigo na ausência de liderança (ou no tipo de liderança), Adorno teme o indivíduo diluído – o que para Freud era, quer se gostasse ou não, a condição da esmagadora maioria.

Talvez, então, a diferença entre o líder fascista analisado por Adorno, e o líder ideal almejado por Freud resida justamente na relação de ambos com o supereu. Pois, segundo Freud, um dos pressupostos para a manutenção de uma massa, independentemente de qual seja, é a ilusão de que há um “chefe supremo [...] que ama com o mesmo amor a todos os indivíduos da massa. Tudo depende dessa ilusão; se ela fosse abandonada, imediatamente se dissolveriam” (FREUD, 2011a, p. 35). Enquanto Adorno, do seu lado, observa que na relação entre líder e as massas fascistas o amor está completamente excluído: “Hitler”, atenta, “recusou o papel tradicional de pai amoroso e o substituiu integralmente pelo negativo da autoridade ameaçadora” (ADORNO, 2015, p. 163). Essa distinção atentada pelo frankfurtiano pode ser interpretada no sentido de que o líder fascista seria uma regressão ao próprio pai primevo em natureza quase bruta, o que poderíamos supor que ele é um narcisista por uma espécie de insuficiência ou subdesenvolvimento do supereu (como uma criança), justamente a instância psíquica que, para Freud, indica o progresso psíquico do ser humano. De modo distinto, portanto, o líder ideal advogado por Freud, seria aquele cujo eu estaria adequadamente submetido às demandas impostas por um supereu racional e razoável – e, assim, talvez, tenhamos aqui uma chave para a compreensão do que Freud quis dizer ao advogar pela ditadura da razão: uma espécie de tabu sem totem. O problema é se a advertência feita por Lacan, anos mais tarde, ao imperativo categórico kantiano, puder ser aplicada à utopia da ditadura da razão de Freud, sendo esta: a de que a submissão radical do desejo ao dever pode se converter na própria forma do gozo sádico. Mas isso é tema para um outro artigo.

## VI. Considerações Finais

Como vimos, o insaciado anseio pelo pai não diz respeito somente à cultura – e, muito menos, ao outro, o adversário ideológico –, já que a consciência de culpa do assassinato do pai primordial resultou, para Freud, na própria estruturação do aparelho psíquico em id, eu e supereu. Daí que Guattari, ao pensar o fascismo como processo micropolítico, tenha se referido a um fascismo do supereu e, de modo ainda mais radical, tenha advertido com terrível lucidez: que é preciso “renunciar definitivamente a fórmulas demasiado simplistas do gênero: ‘o fascismo não passará’” (GUATTARI, 1981, p. 188). Pois o fascismo, diz ele, “não só já passou, como passa sem parar” – porque, embora pareça vir de fora, “encontra sua energia no coração e desejo de cada um de nós” (GUATTARI, 1981, p. 188-189).

E com isto, retornamos – como o retorno do reprimido de Freud – à epígrafe do presente ensaio: Hitler não apenas continua vivo, como sempre esteve e quiçá sempre estará – independentemente de estarmos iluminados ou não pela história escrita nos mais renomados livros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: \_\_\_\_\_. *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

ADORNO, Theodor W. Observações sobre a personalidade autoritária. Tradução e introdução: Virginia Helena Ferreira da Costa. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 44, n. 2, p. 345–384, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/Bk9wmPK365wdDdNDVBqTSM/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ENDO, Paulo. Comentário sobre Totem e tabu de Freud. In: Completando 100 anos, “Totem e Tabu” traz teoria sobre o surgimento das leis. Portal da USP, 13 nov. 2013. Disponível em: <<https://www5.usp.br/noticias/sociedade/completando-100-anos-totem-e-tabu-carrega-teoria-sobre-o-surgimento-das-leis/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

FREUD, Sigmund. *Warum Krieg? Briefwechsel mit Albert Einstein (1932)*. Paris: Internationales Institut für geistige Zusammenarbeit, 1933a. Disponível em: <[https://archive.org/details/freud\\_1933\\_warum/Freud\\_Einstein\\_1933\\_Warum\\_Krieg\\_b/page/n55/mode/2up](https://archive.org/details/freud_1933_warum/Freud_Einstein_1933_Warum_Krieg_b/page/n55/mode/2up)>. Acesso em: 16 abr. 2025.

FREUD, Sigmund. *Neue Folge der Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse*. Wien: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1933b. (Kleinoktavausgabe). Disponível em: <[https://archive.org/details/Freud\\_1933\\_Neue\\_Folge\\_k/page/n9/mode/2up](https://archive.org/details/Freud_1933_Neue_Folge_k/page/n9/mode/2up)>. Acesso em: 16 abr. 2025.

FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXVI: A teoria da libido e o narcisismo. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, v. XVI. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1980. Versão eletrônica. Formato: PDF.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. Versão eletrônica. Formato: ePub.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (Carta a Einstein, 1933). In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. Versão eletrônica. Formato: ePub.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a. Versão eletrônica. Formato: PDF.

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu: alguns pontos de concordância entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, v. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a. Versão eletrônica. Formato: PDF.

FREUD, Sigmund. O interesse da psicanálise. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, v. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b. Versão eletrônica. Formato: PDF.

FREUD, Sigmund. Contribuição à história do movimento psicanalítico. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, v. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012c. Versão eletrônica. Formato: PDF.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, v. 17. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Versão eletrônica. Formato: ePub.

FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, v. 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Versão eletrônica. Formato: ePub.

GUATTARI, Félix. Micropolítica do fascismo. In: \_\_\_\_\_. *Revolução molecular*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RIBEIRO, Renata Dias. Entre Freud e Adorno: a psicologia das massas como psicologia das instituições. Encontro de Pós-Graduandos em Filosofia da UFS, 24 ago. 2023. Vídeo

(YouTube). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TVrcLcGMM-I>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ROUDINESCO, Élisabeth. Freud and regicide. *American Imago*, v. 68, n. 4, p. 605–623, 2011.

ROUDINESCO, Élisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAFATLE, Vladimir. Prefácio à 2. ed. de *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2024. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/cinismo-e-falencia-da-critica/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.